



Os papéis do paraíso

ESCÂNDALO Novo vazamento global de dados financeiros expõe os negócios de dois ministros de Temer no exterior

POR RODRIGO MARTINS

Quase três anos após o Swiss-Leaks desnudar um mega-esquema de evasão de divisas e sonegação de impostos a partir de uma filial do HSBC em Genebra, um novo vazamento de dados financeiros expôs os nebulosos negócios de 127 personalidades internacionais em paraísos fiscais. De 1997 a 2003, a cantora norte-americana Madonna foi acionista de uma empresa de “suprimentos médicos” nas Bermudas. Bono Vox, líder da banda irlandesa U2, usou uma companhia sediada em Malta para pagar por uma participação em um shopping center na Lituânia. Quase 10 milhões de libras esterlinas do patrimônio pessoal de Elisabeth II, rainha da Inglaterra, foram investidos em *offshores* nas Ilhas Cayman e Bermudas (*leia mais à pág. 46*). Como de hábito, os brasileiros não ficaram de fora do escândalo, a atingir dois ministros do governo Temer e o magnata Jorge Paulo Lemann, o brasileiro mais rico no *ranking* da revista *Forbes*, com uma fortuna estimada em 29,2 bilhões de dólares.

Pouco depois de se apresentar como “presenciável” para 2018, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, viu-se impelido a justificar a constituição de um *trust* nas Bermudas. O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, seria beneficiário de uma companhia nas Ilhas Cayman, fruto da sociedade de uma de suas empresas com a gigante holandesa

Louis Dreyfus, especializada no processamento de produtos agrícolas. Lemann e seus sócios estariam ligados a 20 firmas nas Bahamas, Bermudas e Cayman.

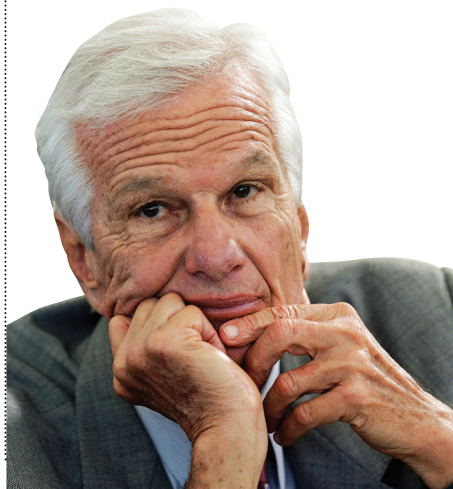
Batizada de “Paradise Papers”, a investigação baseia-se em mais de 13,4 milhões de documentos financeiros encaminhados por uma fonte anônima ao jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*. Os arquivos, em sua maioria oriundos do escritório de advocacia Appleby, especializado na abertura de *offshores*, como são

conhecidas as empresas constituídas em paraísos fiscais, foram compartilhados com jornalistas de todo o mundo organizados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (Icij, em inglês). No Brasil, os dados foram divulgados pelo site Poder 360, de Fernando Rodrigues, parceiro do grupo.

Remeter dinheiro para o exterior ou investir em *offshore* não é crime, desde que as transações sejam declaradas ao Fisco do país de origem do investidor. A manobra costuma servir para pagar menos impostos. Os paraísos fiscais são reconhecidos justamente pela baixa tributação e rigoroso sigilo bancário. Não por acaso, esses santuários têm atraído tantas celebridades descontentes com a elevada carga tributária sobre os ricos nas nações desenvolvidas, quase sempre superior a 40%.

Trata-se de uma situação impensável para os ricos brasileiros. A despeito do queixume da elite nativa, o sistema tributário do Brasil “é amigo dos super-ricos”, atesta um recente estudo da ONG Oxfam. A carga bruta representa 33% do PIB, nível similar àquela das nações desenvolvidas da OCDE, mas é mal distribuída, observa a entidade. Por conta de distorções na forma como são arrecadados os impostos, os 10% mais pobres gastam 32% de

O sistema tributário do Brasil é amigo dos super-ricos. Mesmo assim eles preferem as ilhas caribenhas



Lemann. O brasileiro mais rico mudou o domicílio fiscal para fora do País



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 34

O Brasil à venda “Onde estão os juízes do País?”, pergunta o senador Requião



Longe do Fisco. Blairo Maggi é beneficiário de uma *offshore* nas Ilhas Cayman, Henrique Meirelles mantém um *trust* nas Bermudas

sua renda em tributos, enquanto os 10% mais ricos pagam apenas 21%.

Acionista de companhias com atuação global, entre elas Inbev, Burger King e Heinz, Lemann garante atuar dentro da lei. Em nota conjunta enviada ao Poder 360, o empresário e dois sócios, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles, dizem ter mudado o domicílio fiscal para fora do Brasil por causa da expansão de seus negócios no exterior. “Cumprimos todas as regras aplicáveis em relação à divulgação de informações nos países que estamos presentes ou investimos.”

Maggi e alguns de seus familiares figuravam, ao menos até outubro de 2014, como “beneficiários finais” da empresa Amaggi LDC Commodities International Ltd., sediada nas Ilhas Cayman e controlada por uma empresa constituída no Brasil, uma *joint venture* fruto da aliança da Amaggi Exportação e Importação Ltda. com a Louis Dreyfus Commodities Brazil S.A. Isso significa que eles poderiam auferir rendimentos da *offshore*. Nesse caso, seriam obrigados a declarar esses valores à Receita Federal. Por meio de seus advogados, o ministro disse jamais ter recebido

pagamentos da firma caribenha, e sim da companhia no Brasil.

Meirelles, por sua vez, diz ter constituído um *trust* nas Bermudas em nome da Sabedoria Fondation com propósitos de caridade. O fundo foi criado com um depósito inicial de 10 mil dólares em 23 de dezembro de 2002, dias antes de retornar ao Brasil e assumir a presidência do Banco Central, a convite de Lula. À época, ele morava nos Estados Unidos, após fazer carreira no BankBoston. Segundo o ministro, a fundação “foi criada com a única finalidade de receber parte da minha herança, quando eu vier a falecer,



investindo os recursos, única e obrigatoriamente, em atividades beneficentes no setor de educação no Brasil". O *trust* teria sido sugerido por seus advogados americanos. "Tudo está devidamente declarado", emendou à rádio BandNews.

Não é a primeira vez que Meirelles se vê obrigado a prestar esclarecimentos por contas no exterior. No fim de julho, o site BuzzFeed revelou que o ministro lucrara 217 milhões de reais com a sua empresa de consultoria entre 2012 e 2016. Os valores foram recebidos fora do Brasil. Desse total, cerca de 180 milhões vieram da J&F, do delator Joesley Batista. Meirelles integrava o conselho de administração da holding, mas agora afirma jamais ter participado de uma reunião do colegiado. Líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini solicitou à Procuradoria-Geral da República uma investigação sobre os negócios do ministro.

Randolfe Rodrigues lamenta a omissão dos colegas



Oito mil brasileiros tinham contas secretas na Suíça, mas a CPI do HSBC não pegou ninguém

O senador Randolfe Rodrigues, da Rede, também pretende encaminhar à PGR um pedido de investigação sobre os negócios dos ministros citados no Paradise Papers. Após o melancólico desfecho da CPI do HSBC, que ele próprio propôs, o parlamentar mostra-se, porém, completamente descrente da possibilidade de o Congresso tocar uma investigação séria sobre esse tipo de transação. Hervé Falciani, o denunciante do SwissLeaks, estava disposto a repassar informações sobre os 8,6 mil brasileiros com contas secretas na filial do HSBC em Genebra, mas foi ignorado.

Com base em uma lista parcial de 400 nomes divulgados pela mídia, os senadores requisitaram informações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que identificou movimentações atípicas de 50 brasileiros suspeitos de sonegar impostos. Desse total, 17 tiveram a quebra do sigilo aprovada, entre eles quatro integrantes da família de Jacob Barata, o "rei do ônibus" no Rio de Janeiro, hoje na mira da Lava Jato. "A pressão dos lobistas dessa turma foi tão forte que os integrantes da CPI decidiram reconsiderar, promoveram a 'desquebra' dos sigilos", lamenta Rodrigues. "O relatório aprovado não pediu o indiciamento de ninguém. Não havia interesse de apurar nada."

Ainda que o Paradise Papers não tenha comprovado práticas criminosas, não deixa de ser danosa a exploração de brechas do sistema fiscal para "permitir a uma ínfima minoria de ultrarricos e de multinacionais escapar às taxas", como assinalou Jérôme Fenoglio, diretor do jornal *Le Monde*. Pior ainda se quem esconde dinheiro no exterior ocupa cargos públicos.

Perto de 8% da riqueza mundial está encoberta em paraísos fiscais, estima o economista francês Gabriel Zucman. Somente na África, o prejuízo anual para a arrecadação de impostos supera a cifra de 14 bilhões de dólares, emenda o especialista, autor do livro *A Riqueza Oculta das Nações*. •

COMO "ESTANCAR A SANGRIA"

Após a Câmara dos Deputados arquivar as duas denúncias da Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer pelos crimes de corrupção, formação de quadrilha e obstrução da Justiça, o peemedebista lançou mão de mais uma manobra para "estancar a sangria" da Lava Jato, segundo o roteiro traçado pelo ex-ministro Romero Jucá. Na quarta-feira 8, o governo anunciou o novo diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segóvia, em substituição a Leandro Daiello, no comando da corporação há sete anos. O nome de Segóvia divide a categoria. Embora tenha o apoio da Federação Nacional de Delegados de Polícia

Federal e de entidades representativas de agentes e peritos criminais, a Associação Nacional de Delegados não reconhece a legitimidade da lista tríplice que levou à sua nomeação. Em meados de 2016, a ADPF encaminhou à Presidência da República outra lista, votada por mais de 1,3 mil delegados, na qual consta os nomes de Erika Marena, Rodrigo Teixeira e Marcelo Freitas. O novo diretor-geral da PF tem influentes padrinhos. Denunciado por receber propina da Transpetro, o ex-presidente José Sarney é apontado como um



Segóvia tem influentes padrinhos

dos principais fiadores de sua nomeação. Identificado nas planilhas da Odebrecht com os codinomes "Fodão", "Primo" e "Bicuíra" e destinatário de repasses que somam 6,3 milhões de reais, de acordo com a PGR, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, também teria feito lobby em favor de Segóvia. Além disso, o delegado costuma frequentar a casa de Augusto Nardes, ministro do

Tribunal de Contas da União, autor do relatório que embasou o impeachment de Dilma Rousseff e mencionado por delatores da Lava Jato.